

# DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA COMPARAÇÃO QUÉBEC - BRASIL (1960 – 2010)

*Of regional development to territorial development: a Québec – Brazil  
comparison (1960 – 2010)*

André Joyal

# DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA COMPARAÇÃO QUÉBEC - BRASIL (1960-2010)

*OF REGIONAL DEVELOPMENT TO TERRITORIAL DEVELOPMENT: a Québec -  
Brazil comparison (1960-2010)*

André Joyal

**RESUMO:** Esse artigo pretende destacar as semelhanças e distinções nas estratégias de desenvolvimento econômico entre Quebec e o Brasil a partir da década de 1960. O texto utiliza de uma ampla revisão de literatura e dados estatísticos para fazer o estudo comparativo. As políticas neoliberais, tanto no Quebec como no Brasil, apesar de seu desejo de limitar o intervencionismo do poder central, não impediram a manifestação da dinâmica territorial. Tanto para o Quebec quanto para o Brasil, o governo central (Ottawa e Quebec - Brasília) foi chamado a desempenhar um papel decisivo até a virada neoliberal dos anos 1980. De fato, os fracassos das intervenções centralizadas justificaram as críticas das políticas intervencionistas de caráter regional, dando origem à abordagem ascendente do desenvolvimento. Mesmo assim, as políticas de desenvolvimento territorial ganharam espaço e se apresentam como uma alternativa para os territórios periféricos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento social e econômico; Desenvolvimento Territorial; Desenvolvimento Local.

**ABSTRACT:** *This paper intends to highlight the similarities and distinctions in the strategies of economic development between Quebec and Brazil from the 1960s. The text uses a broad literature review and statistical data to make the comparative study. Neoliberal policies, both in Quebec and Brazil, despite their desire to limit the intervention of central power, did not prevent the manifestation of territorial dynamics. For both Quebec and Brazil, the central government (Ottawa and Quebec - Brasilia) was called upon to play a decisive role until the neoliberal turn of the 1980s. Indeed, the failures of centralized interventions justified the criticisms of interventionist policies of character regional level, giving rise to the bottom-up approach to development. Even so, the territorial development policies have gained space and present themselves as an alternative to the peripheral territories.*

**Keywords:** *Social and economic development; Territorial Development; Local Development.*

**JEL:** Q 28

## INTRODUÇÃO

Do ponto de vista geográfico, a comparação Brasil-Canadá evoca grandes áreas há muito desenvolvidas ou que permanecem inexploradas; semelhanças que não têm equivalente e diferenças significativas, por exemplo: a questão climática e a distribuição da renda. A situação é diferente do ponto de vista econômico, pois revela realidades comuns facilmente identificáveis: rica dotação de recursos naturais, a importância do agronegócio, a diversificação do setor industrial, as diferenças marcantes a nível regional. Finalmente, se em termos sociais as vantagens do Canadá são avançadas demais para fazer comparações, elas são mais relevantes na comparação da organização política. De fato, Brasil e Canadá representam duas democracias em um contexto federativo que tem, por um lado, um poder central, um poder nos níveis estadual/provincial e um poder municipal. No caso, a união canadense é menos centralizada que sua contraparte da América do Sul.

As páginas seguintes pretendem destacar as semelhanças e distinções nas estratégias de desenvolvimento econômico entre Quebec e o Brasil, posicionando-se dentro de cinco décadas a partir da década de 1960. Para o Brasil, como mostra a Tabela 1, Borges (2007), do seu lado, também utiliza cinco décadas a partir dos anos 1950 para sublinhar os paradigmas que serviram de suporte às abordagens adotadas durante a segunda metade do século XX até os anos 2000.

**Tabela 1** - Principais paradigmas do desenvolvimento econômico após 1950

<b>Estratégias básicas</b>	<b>Períodos</b>	<b>Principais elementos</b>	<b>Ênfase</b>
<b>Modernização</b>	Década de 1950	Industrialização, substituição das importações e fomento das exportações, revolução verde.	Setorial, econômica, orientada para o crescimento.
<b>Dissociação</b>	Década de 1960	Desenvolvimento do mercado interno, <i>self reliance</i> .	Política
<b>Equacionamento das necessidades básicas</b>	Década de 1970	Orientação para os grupos marginalizados em fragilidade social, participação	Regional e social
<b>Ajuste estrutural</b>	Década de 1980	Desregulamentação, flexibilização, equacionamento da dívida externa, balanço e inflação	Econômica
<b>Desenvolvimento sustentável</b>	Década de 1990	Desenvolvimento socioeconômico participativo e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais	Regional, ambiental e socioeconômica.
<b>Governança global</b>	Fim dos anos 90	Novas formas de regulação global. Conferências mundiais	Global, política
<b>Desenvolvimento endógeno</b>	Início dos anos 2000	Participação da sociedade na ocupação do espaço e na distribuição do crescimento econômico.	Regional, econômica, social, ambiental, política e cultural.

Fonte: Síntese dos principais paradigmas do desenvolvimento após 1950.

Adaptado da pesquisa de Borges (2007) por Valim Ribeiro, Martinelli, Joyal, (2013)

Como observado na Tabela 1, as estratégias básicas identificadas para o Brasil o período de 1950 a 2000, são abordadas sob uma perspectiva macroeconômica, com o governo central assumindo a responsabilidade pelo desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas com vista a nivelar, tanto quanto possível, as grandes disparidades regionais. Na sequência, se discutira novamente a Tabela 1, considerando - apesar da ausência de ambos os lados de uma verdadeira descentralização administrativa -, como os territórios, através de anos de um longo aprendizado, conseguem se tornar mais autônomos. Tudo isso conduzindo à era contemporânea, na qual o Estado, inspirado pela ideologia neoliberal implantada há algumas décadas, busca se libertar das suas responsabilidades em termos de desenvolvimento territorial.

## 2. A idade de ouro da abordagem descendente

Na época do keynesianismo triunfante, desde o pós-guerra até meados da década de 1970, identificado como os "trinta anos gloriosos" da economia de mercado industrial, o estado central era o principal responsável pelo desenvolvimento das regiões. Através de suas intervenções, os governos centrais definiram o futuro das regiões. Isto é especialmente verdadeiro no Canadá e no Brasil, dois países nos quais o poder político e econômico foi particularmente influenciado por John Maynard Keynes e os teóricos do desenvolvimento que dominaram o pensamento econômico dos anos 1950. Para os países latino-americanos, os anos 1950 e 1960 estavam empregnadas das ideias do argentino Raul Prebisch que, dentro da CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), era o porta-estandarte da escola estruturalista, em oposição à escola monetarista. A substituição das importações por produções locais, em favor de um protecionismo de boa qualidade nos moldes da Escola Histórica Alemã, representava a pedra angular da política proposta pelos estruturalistas.

Como colaborador de Raul Prebisch na CEPAL, o brasileiro Celso Furtado, um fiel discípulo do mestre de Cambridge, defendeu um forte envolvimento do Estado central no desenvolvimento econômico, especialmente no Nordeste do Brasil. Assim, ele estava na origem do estabelecimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), um órgão público responsável pelo desenvolvimento econômico por meio de investimentos estratégicos acompanhados de uma redistribuição de renda. A ideia era atacar as estruturas socioeconômicas arcaicas que eram obstáculos ao desenvolvimento (Dallabrida, 2010). De fato, como mostrou Galvão e Vasconcelos (1999), o Brasil, em termos de desenvolvimento regional, teve três fases bem definidas ao longo de sua história: em primeiro lugar, o período em que, nas regiões até o início do século XX, tudo dependia das exportações. Depois, veio a década de 1960 a chamada fase de articulação comercial como consequência da industrialização nascente que foi seguida pela fase de uma melhor integração do sistema produtivo que continuou até os anos 1980. O governo central, dos anos 1950 aos anos 1970, exerceu, como já mencionado, um papel preponderante na esfera da produção, seja diretamente (empresas estatais) ou, como no Canadá, com a ajuda de subsídios a empresas privadas.

O Brasil, em seus esforços centralizados de desenvolvimento, concentrou-se em quatro áreas: agricultura-pecuária; industrialização; irrigação; reflorestamento. Todos a favor de programas de subsídios para grandes proprietários de terras, vistos como os únicos criadores de riqueza nesta grande região semiárida que é o sertão nordestino. Como resultado dessa abordagem, ao final desse período os grandes proprietários de terras ocupavam 80% da área rural do estado de Minas Gerais.

### 2.1. Desenvolvimento econômico no Brasil de 1960 a 2000

Durante a década de 1950, o Brasil viu a implementação de uma estratégia para promover a industrialização por meio da substituição de importações. Apesar das preocupações com o grande atraso de áreas remotas como o Nordeste e o Norte da Amazônia, são as regiões Sudeste e Sul que mais se desenvolveram. Assim, são os estados do Rio de Janeiro (ferro e aço, petroquímicos, estaleiros), de Minas Gerais (ferro e aço), do Rio Grande do Sul (agroalimentar, têxtil, siderúrgico) e, claro, de São

Paulo (automotivo, metalúrgico, químico, aeroespacial) que serão os principais beneficiários desta estratégia. O Nordeste do Brasil, um pouco como o Quebec nas regiões periféricas dos anos do pós-guerra, com sua estrutura industrial tradicional, sua população com baixa escolaridade e infraestrutura precária, será evitado pelos investidores. Riqueza atraindo riqueza, ainda é o Sudeste que influenciará a atração do capital estrangeiro, o que estimulará o um êxodo rural maciço, que tem rebatimentos até os dias atuais.

No Brasil, a grande concentração espaço-econômica obrigou as autoridades federais a conceber, nos anos 1960, uma política de redistribuição e planejamento regional voltada para as regiões mais remotas e especialmente para o Nordeste. Como apontado por Fonseca Netto (2001), vários instrumentos e mecanismos de políticas de desenvolvimento territorial foram elaboradas como parte do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), incluindo programas regionais para as cinco regiões de planejamento (Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, Norte). Dessa forma, queriam promover grandes projetos de infraestrutura em transporte (Norte-amazônico, Nordeste e Sul) em energia (usinas hidrelétricas no Sul, Nordeste e Norte-Amazônia) e telecomunicações em todo o território. Além dos investimentos do governo federal em regiões problemáticas, também foram enfatizadas as vantagens fiscais e financeiras concedidas pelos órgãos descentralizados de planejamento do desenvolvimento regional, especialmente as regiões menos favorecidas. Nos anos 1970, o Nordeste recebeu cerca de US\$ 30 bilhões em incentivos fiscais. O estado central, até os anos 1980, era o principal contratante para o desenvolvimento econômico (Benjo, 1999). A visão predominante foi baseada em certa medida em um corpus teórico que não deixou de influenciar uma abordagem semelhante no Quebec.

## 2.2. Fundamentos teóricos: no Quebec como no Brasil

Pela década de 1950, não é exagero dizer que no Canadá não se pode identificar uma verdadeira política regional ou instituições especializadas em planejamento ou intervenção para o desenvolvimento regional (BAEQ, 1966). Será necessário aguardar a adoção da lei ARDA<sup>1</sup>, em 1961, concebida com vistas ao desenvolvimento do Leste do Quebec e das regiões desfavorecidas das províncias atlânticas para finalmente perceber o governo federal assumir suas responsabilidades diante do agravamento das disparidades regionais. Isso levará, em 1963, à criação do *Bureau d'aménagement de l'Est-du-Québec* (BAEQ). Os jovens especialistas, recém-saídos da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Laval (Quebec), ou recém retornados de uma estada de pós-graduação na França, não deixariam de colocar em prática os fundamentos teóricos dos quais eles foram alimentados. Se foi tentado desenvolver a economia desta região **para e pela** população local, este programa está associado a um conceito de desenvolvimento tipo *bottom-up* qualificado de **funcionalista**. Para os propósitos dessa abordagem, no Brasil e no Quebec, os conceitos que servem de inspiração são os mesmos. Durante a década de 1950, com o exemplo de planos quinquenais na Índia, o estado central, mais uma vez, tornou-se um importante ator do desenvolvimento regional. A França, por sua vez, ofereceu como modelo o *Commissariat au Plan*, com ênfase no planejamento indicativo ou de incentivo. Além disso, como o desenvolvimento era associado à industrialização, seu crescimento dependia do excedente de mão-de-obra do setor agrícola. Lewis (1954) defenderá a chamada teoria do "excedente de mão-de-obra", na qual a agricultura poderia disponibilizar força de trabalho sem comprometer sua produtividade.

<sup>1</sup> *Aménagement rural et développement agricole*

Nurkse (1953) é creditado com a expressão "crescimento equilibrado", que as autoridades de desenvolvimento endossarão ao incorporá-lo a uma forma de planejamento econômico que identifique as prioridades relacionadas aos vários setores da economia e a localização das iniciativas adotadas. Assim, antes de construir uma fábrica de celulose e papel, garante-se o fornecimento dos recursos de fibra e as instalações para transportá-las até a fábrica, bem como enviar a produção no território nacional e fora do país. Rosenstein-Rodan (1943), cerca de dez anos antes, havia concebido uma tal estratégia ao lançar sua ideia de um "grande impulso" de acordo com o qual uma série de grandes investimentos desencadearia um processo susceptível de estimular novas atividades. Como resultado, o estado teve que canalizar recursos humanos e financeiros para algumas áreas específicas, em vez de espalhar todos os esforços. Uma maneira de olhar para o desenvolvimento que nos lembra o conceito de unidades "motrizes" de Perroux (1950, 1955), localizadas em lugares e áreas específicas para estimular polos de desenvolvimento. Uma teoria que teve uma influência definitiva em Quebec durante a preparação do plano de desenvolvimento do BAEQ, apresentado em 1966.

Hirschman (1958) é um dos que não acreditava na teoria do "crescimento equilibrado", tornando-se o campeão do "crescimento desequilibrado", que consistia em não temer "colocar a carroça diante do cavalo". Assim, construía-se a fábrica de papel e celulose antes mesmo de nos certificarmos de que temos o recurso de madeira para alimentá-la. Ao fazê-la, há pressão para o governo plantar eucalipto (no Brasil) ou outras espécies arbóreas, tendo o cuidado de abrir as estradas necessárias para a entrega de matérias-primas. Uma ideia que foi colocada em prática aqui e ali na África e que deu origem à expressão "catedrais no deserto", dada a inutilidade de muitos investimentos inoperáveis por causa dos gargalos causados pela incapacidade de responder a pressões. Consciente desse perigo, Leibenstein (1957) adotou uma concepção semelhante à do grande impulso. Era importante dar um impulso, pois na ausência do impulso - os fatos vão provar que ele está certo -, a decolagem não viria e a estagnação ou o estado de subdesenvolvimento persistiria. Por várias razões, no Brasil e no Quebec, as regiões de subdesenvolvimento permaneceram muito presentes.

No lado de Quebec, em defesa do BAEQ, deve-se reconhecer que o desafio foi considerável em um contexto que não havia precedentes, sem poder inserir-se dentro de um plano de desenvolvimento para Quebec inteiro no qual os esforços de planejamento poderiam ter integrado (Joyal, 1968). Era uma experiência piloto em que tudo deveria ser feito. As apostas políticas estavam certas no plano de desenvolvimento que foi colocado nas prateleiras da história. Enquanto isso, o governo federal continuou a demonstrar, através do Departamento de Expansão Econômica e Regional (DEER) criado em 1969, a intenção de ajudar as regiões menos prósperas, para mostrar que elas não estavam abandonadas ao seu destino. Dependendo do conceito *foot-loose enterprises*, algumas empresas aproveitando incentivos fiscais, serão estabelecidas em vários lugares, independentemente da proximidade de fatores de produção e mercados. A moda estava, portanto, nas "zonas especiais" ou "áreas designadas" que marcavam as intervenções do DEER. Não demorará muito para demonstrar sua ineficácia, pois as poucas empresas dispostas a investir em regiões periféricas teriam o feito sem o uso de incentivos. Sempre para trazer um novo fôlego para as regiões, para toda a economia, houve a atenção também sobre os mega-projetos. É a época na qual os governos centrais ainda se esforçam para seguir seus sonhos, colocando o peso da dívida acumulada nas gerações futuras. No lado de Quebec, estabeleceu-se grandes projetos hidroelétricos



(Manic 5, Baie-James) e outros “jogos olímpicos”, enquanto a França, por sua vez, dependia do complexo siderúrgico de Foz-sur-Mer ou da exploração do gás de Lacq.

Todos esses são exemplos de grandes projetos que podem gerar efeitos multiplicadores para dinamizar as regiões. Ora, é necessário dizer que a Gaspé manteve seu status de região muito precária? E o que pensar do Nordeste brasileiro onde, os investimentos em infraestruturas não falharam? Economistas brasileiros e do Quebec, no entanto, continuarão em pensar-se em termos do desenvolvimento regional.

### 2.3. Pondo em pauta o intervencionismo central

Em ambos os lados, no Brasil e no Canadá, no início dos anos 1980, com a crise da dívida externa, lamentou-se o excessivo intervencionismo estatal, formas burocráticas de gestão, desperdício e uso ineficiente de recursos. O estado foi apresentado como um elemento de rigidez institucional, que reduziu o dinamismo e a mudança. O pensamento neoliberal emergente tem deslegitimado progressivamente o Estado-nação como um lugar de consenso no contexto das políticas de riqueza redistributiva. Foi nessa época que os Estados Unidos começaram a falar sobre do *tricked down effect*: bastava confiar no crescimento econômico, dependente da atividade do setor privado, e todos os segmentos da população dizendo para tirar vantagem disso. Sob a instigação do Banco Mundial, começou-se a falar sobre governança (a "bom" é óbvio). E, na esteira, durante os anos 1980 e 1990, a descentralização do Estado para os países do Sul foi colocada na agenda. No lado de Quebec, já estava sendo considerado no final dos anos 1970 com a publicação em 1978 de *Descentralização: Uma Nova Perspectiva Comunitária*. Através da governança local e da redução do peso das administrações centrais, esperava-se reduzir as restrições burocráticas e reduzir o déficit das finanças públicas, transferindo certas receitas e - especialmente - determinadas despesas para as autoridades locais, manifestando o desejo de que estas últimas tornariam-se os atores de seu próprio desenvolvimento. A descentralização era vista como uma espécie de aprofundamento da cidadania no sentido "moderno", capaz de integrar uma referência territorial para dar mais dimensões sociais e econômicas passíveis de serem incorporadas pela sociedade civil. De fato, uma descentralização destinada a dar mais responsabilidades às regiões continuará sendo uma letra morta no Brasil, como no Quebec.

Com o advento da *Reaganomics* nos Estados Unidos e do *Thatcherismo* na Grã-Bretanha, foi suficiente para o Fundo Monetário Internacional (FMI) impor suas condições aos países do Sul: orçamento equilibrado, redução maciça da ajuda econômica do Estado, levantamento de barreiras tarifárias, nova política de preços, privatização de grandes grupos industriais. Algumas dessas demandas foram justificadas em termos, por exemplo, da má administração da política de preços em muitos países onde o enorme peso da burocracia se mostrou muito debilitante. Além disso, danos consideráveis foram causados às economias do Sul pela obrigação de deixar entrar os produtos do Norte por causa da incapacidade de apoiar a competição. Se o Quebec foi poupado dessas exigências descritas como "ajustes estruturais", não estava imune à influência dos tempos. Então, seria necessário apostar na empresa privada a partir desse momento.

## 3. A REUNIÃO DO ASCENDENTE E DO DESCENDENTE



No Brasil, após 25 anos de ditadura militar e governo centralizado e autoritário, surgiram movimentos sociais cujos motivos, de direita e esquerda, estavam relacionados a direitos políticos individuais e direitos socioeconômicos. Com a descentralização institucionalizada prevista pela Constituição brasileira em 1988, notou-se o nascimento de experiências locais como o orçamento participativo de Porto Alegre e os diversos conselhos sociais de várias cidades. Levando em conta agora que será uma questão de desenvolvimento vindo das bases (locais), é importante esclarecer o que é “desenvolvimento local” precisamente focando suas origens no Quebec como no Brasil. Nos últimos vinte anos, o conceito de desenvolvimento local (doravante denominada DL) na literatura substituiu gradualmente o conceito de desenvolvimento regional (Joyal, 1987), no qual o estado central estava em primeiro plano. Um pouco por toda parte, Norte e Sul, as organizações criadas no final da década de 1960, para promover o desenvolvimento regional, não responderam às expectativas que construíram. Este fato é explicado tanto pela falta de vontade política quanto pelos limites da intervenção em um mundo no qual certas decisões importantes escapam às autoridades governamentais. Como resultado, em vários níveis de governo, ajudar as populações locais, incentivando-as a ter um melhor controle de suas próprias vidas, tornou-se um objetivo a partir dos anos 1980. Até então, deixados a si mesmos, os empreendedores, no lugar ou em potencial, receberam uma ampla gama de apoio para facilitar suas iniciativas. Com o prefeito de um vilarejo ou de um município pequeno, eles se tornaram um elemento-chave de qualquer estratégia de DL.

### 3.1. História do desenvolvimento local em Quebec

A expressão "desenvolvimento local" é frequentemente usada, especialmente na França, para designar iniciativas localizadas em um determinado lugar, o que, naturalmente, a priva de todo significado. É, no entanto, na França que a expressão se espalhou rapidamente durante o advento do primeiro governo de François Mitterrand, enquanto o primeiro-ministro Michel Rocard fez dele o arauto. As relações Franco-Quebequenses da época encorajaram o desenvolvimento deste lado do Atlântico. Assim, a expressão "desenvolvimento comunitário"<sup>2</sup>, anteriormente usada extensivamente na região periférica e nos chamados bairros "sensíveis" de Montreal, teria que deixar seu lugar. Para os fins deste texto, a concepção usada de DL é a de Tremblay e Fontan (1994), também utilizada em Joyal (2002) e em Martinelli e Joyal (2004). Inspirados por diferentes autores, Tremblay e Fontan (1994) evocam um DL do tipo liberal cujo objetivo central é a criação de emprego baseado em uma abordagem endógena (*bottom-up*). Seguindo esta concepção, a atenção é direcionada para a promoção do desenvolvimento da empregabilidade e **empreendedorismo privado**<sup>3</sup> a partir de recursos humanos e financeiros locais (um bairro, uma pequena cidade, um agrupamento de vilarejos dentro de um município condado regional). Para não se prestar à crítica, que é frequentemente usada pelos sociólogos para taxar o economicismo uma abordagem que se concentra demasiadamente em objetivos essencialmente econômicos, basta incluir na abordagem objetivos sociais com a visão de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A justaposição de objetivos sociais e econômicos em uma estrutura de **intervenção de parceria** dá sentido ao projeto do DL aqui utilizado.

<sup>2</sup> Tradução de *community development*

<sup>3</sup> Sou eu quem sublinha

Em um contexto em que o Estado deve reter algumas de suas prerrogativas, em vez de abandonar suas responsabilidades, o DL é apresentado como a reunião do ascendente com o descendente (o descendente (*top-down*) indo ao encontro do baixo para cima (*bottom up*). Cada *stakeholder* assume suas responsabilidades. Assim, o governo de Quebec procurou exercer o seu papel, na melhor das hipóteses, publicando em 1982 um documento importante: *A escolha das regiões* de onde surgiu uma nova visão. A idéia principal era garantir a tomada de decisões em nível regional, em um contexto de fortalecimento da capacidade de influenciar a ação conjunta das forças vivas da comunidade. Essa orientação foi confirmada quando surgiu em 1985: *Na época da empresa regional*. De facto, são muitas as empresas locais que estão envolvidas na promoção do desenvolvimento e emergência do empreendedorismo, melhorando a formação dos empresários e do seu pessoal, promovendo a acessibilidade a risco e circulação de informações econômicas e comerciais. O Estado reconheceu que não poderia mais assumir o desenvolvimento das regiões sozinho. Cada vez mais, desenvolveu-se uma nova concepção do território, na qual se afirmava como algo diferente da simples oportunidade de assentamentos com base em fatores de produção e custos competitivos. Os territórios começaram a ser vistos como um caldeirão de iniciativas emanadas de atores locais que desejavam ser mais responsáveis por seu futuro coletivo. A fase do DL estava prestes a começar.

**Parceria e consulta** essas duas palavras-chave encontrarão um lugar no vocabulário de qualquer ator interessado em desenvolvimento no nível de microrregiões que ocorreu nos territórios do final dos anos 1990. Falar-se-ia cada vez mais sobre a cultura empreendedora. O empreendedorismo da população local e da empresa local ganhará rapidamente sua aclamação. No Quebec, como os Municípios Regionais (MR) foram criados no final da década de 1970, com mandato para prosseguir com o desenvolvimento de seu território, em breve se veria em os MR locais de intervenção para promover o desenvolvimento econômico. Assim, ao nível desta nova estrutura administrativa, a discussão do desenvolvimento não será uma questão de desenvolvimento das margens de rios ou lagos ou o estabelecimento de aterros sanitários ou a implementação de pontes rodoviárias. Este papel será confirmado com o estabelecimento em meados da década de 1980 das Corporações de Desenvolvimento Futuro das Comunidades (CDFC: governo federal) e, no final dos anos 1990, com a criação dos Centros Locais de Desenvolvimento Local (CLD: governo provincial). Porque cabe ao Estado ajudar o povo local a emancipar-se da sua influência e do grande capital. Em suma, o estado ajuda as pessoas a confiar mais em si mesmas e, para isso, por mais paradoxal que possa parecer, fornece os meios para alcançá-lo. Uma dessas ferramentas, absolutamente essencial, tomou a forma desses órgãos responsáveis por colocar em movimento uma estratégia de DL, assumindo as funções de facilitador e provedor de informações ligadas ao desenvolvimento de iniciativas locais de criação de emprego. Esse tipo de estrutura leve, com uma margem de manobra que favorece inovações de todos os tipos, se desenvolverá em muitos países.

Uma das responsabilidades dessas organizações de desenvolvimento socioeconômico foi ajudar as comunidades a assumirem melhor seu próprio destino socioeconômico. Esta capacitação (*empowerment*) é concebida através do respeito pelos valores que caracterizam as diferentes populações envolvidas. Pequenas cidades em regiões remotas não podem mais contar com a contribuição de uma fábrica de celulose e papel, uma fundição de alumínio ou qualquer outra empresa de mineração, como foi o caso de Quebec durante os três primeiros quartos do século XX. Se as opiniões estão divididas sobre as causas que encerraram o período de

prosperidade das três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, todos concordam em reconhecer o fim de alguma forma de intervencionismo estatal. Como mencionado acima, os governos centrais, por falta de escolha, continuarão a lançar lastro. Isso deve satisfazer os proponentes da maior descentralização das economias nacionais. No entanto, a descentralização da economia não deve ser o pretexto para que o Estado abandone suas responsabilidades em questões econômicas. É por isso que houve o encontro do descendente e do ascendente como se observa em qualquer país de orientação socialdemocrata.

Os economistas conquistados pela causa do DL inspiraram-se na contribuição dentro o que se tornou um texto clássico de Stöhr e Taylor (1981), que se opõem à abordagem produtivista dos anos do pós-guerra. Como a necessidade cria o órgão, o DL sempre emana de um elemento desencadeador ou de um fator que atua como catalisador. Pode ser a deterioração da situação do emprego após o fechamento de uma mina ou de uma empresa que representava o maior empregador de uma comunidade. É então que novos atores podem surgir, propensos a favorecer uma nova visão do futuro de um determinado "local", ou seja, de um território ou de uma pequena cidade monoindustrial.

### 3.2. História do desenvolvimento local no Brasil

No início dos anos 1990, o Brasil ainda não sabia o que era DL. Palavras-chave como parceria, consulta e «empoderamento» não fazem parte da linguagem dominante nos círculos acadêmicos e socioeconômicos. Enquanto em Quebec, Vachon (1993) publica um livro de referência sobre o DL, ainda se estava longe de ver livros semelhantes no Brasil. O panfleto publicado por Zapata e Parente (1998) é revelador, pois três dos treze autores citados são quebequenses. Não foi até o final dos anos 1990 que o conceito se espalhou como fogo no país de Tom Jobin. O primeiro livro no DL vem de uma contribuição coletiva - alguns dos quais não estão diretamente relacionados ao DL -, o trabalho de Silveira e Reis (2001). A mesma época, assistíamos a criação do programa *Viva Cred*, que, como o próprio nome indica, tinha como objetivo conceder microcrédito a promotores de projetos que trabalhavam em ambientes de baixa renda. Ao fazê-lo, se percebe a chamada abordagem liberal do DL visto que se tratava de promover o empreendedorismo individual. A organização foi colocada em contato próximo com uma empresa de consultoria alemã, especializada no financiamento de pequenos projetos. De fato, já havia milhares de grupos comunitários e movimentos sociais, principalmente dos sindicatos e da Igreja Católica, trabalhando na mesma direção. O DL implicitamente, assim como a defesa dos direitos humanos e da cidadania, fazia parte de seus objetivos (Doimo, 1995).

Se, no Quebec, como na França, os primeiros exemplos de iniciativas de DL se originaram em áreas rurais, seria de se esperar que o mesmo fenômeno existisse no Brasil, pensando em particular no Nordeste, onde as necessidades são imensas. Não deve ser surpreendente, então, em 2000, quando uma pesquisadora do Departamento de Administração da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) concorreu para um cargo de professor titular. Faça sua lição de erudição no DL com exemplos do Nordeste. Na opinião dela, era uma maneira "nova" de conceber o desenvolvimento em regiões desfavorecidas, construindo um "novo paradigma".<sup>4</sup> No início deste século, uma organização sem fins lucrativos, SEBRAE, que tem um representatividade em todo o Brasil, em especial nos municípios de médio porte, era

<sup>4</sup> O autor fez parte do júri desta concurso.

o carro chefe do DL adotando o rótulo "Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável" (DLIS). A expressão originou-se do Conselho de Comunidade Solidária, que em 1997 difundiu seu uso para que pudesse ser utilizado pela maioria dos autores chamados para tratar do DL, como Franco (2000) e Miranda & Magalhães (2001). Será entendido que, como em Quebec e na França, o DLIS implica uma forte visão social e ambiental, além da dimensão econômica. A disseminação da ideia de combinar uma visão integrada e sustentável do DL foi rápida em conquistar o setor público e privado, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Por exemplo: as representações do Sebrae localizadas na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro; ou na cidade de Cascavel, no estado do Paraná; ou em Aracaju, a capital de Sergipe; ou de Uberlândia, em Minas Gerais<sup>5</sup>, para ter uma ideia - entre os mais dinâmicos - juntos e trabalhando dentro da mesma estrutura. Para qualquer potencial titular de um projeto, essas representações oferecem a supervisão necessária na forma de cursos, microcrédito, busca por parceria, *networking*, prospecção de mercado, uso de tecnologias ambientalmente corretas. Existem milhares de exemplos de sucesso que permitem às pessoas, que às vezes são analfabetas, saírem da pobreza.

Também durante a primeira década do século XXI, o Sebrae adaptou o conceito europeu de sistema de produção local (SPL), inspirado dos distritos industriais italianos (a 3ª Itália) que ficaram famosos nos anos 1970-1980. O que deve dar origem aos SPLs no estilo brasileiro: Arranjos produtivos locais (APL). Tornou-se possível aqui referir-se ao encontro do descendente e ascendente, porque a iniciativa vem primeiro de Brasília, que convidou o Sebrae em cada estado da federação para fazer um inventário das potencialidades existentes, a fim de promover o desenvolvimento de SPLs já existentes e estabelecer (através da organização) APLs "...onde antes não havia nada", como me dirá um colega do estado da Bahia (Joyal, Nadou, 2018).

Entende-se que se está na presença de agrupamentos, em um determinado território, de empresas pertencentes ao mesmo setor de atividade. Essas empresas se inter-relacionam em um processo de aprendizado realizado em parceria com várias autoridades locais para melhorar a posição competitiva delas. A referência a um grupo de empresas evoca uma dinâmica local dentro de um território que pode ser o bairro de uma cidade média ou um conjunto de pequenas cidades ou de uma bacia hidrográfica, um vale, etc., onde é possível reconhecer um sentimento de pertencimento ou uma identidade que podem fomentar inter-relações entre diferentes atores. Os benefícios positivos da implementação de um APL estão relacionados à disponibilidade de uma força de trabalho que pode atender a qualificações específicas, a facilidade de relacionamento com fornecedores e com os serviços públicos. Soma-se a isso o fluxo de informações e um contexto favorável à inovação. A documentação do Sebrae mostra que qualquer projeto de desenvolvimento de um APL é, acima de tudo, um projeto de desenvolvimento social que envolve uma transformação de uma realidade coletiva. Nesse processo, cada ator age como uma espécie de vanguarda para provocar mudanças sociais. O Sebrae, em 2004, já estava trabalhando para fortalecer nada menos que 341 APLs em todo o país. Sua distribuição setorial nas cinco principais regiões foi a seguinte: agroalimentar 28%; roupas 16%; turismo 12%; móveis 11%; construção 8%; artesanato: 6%. Sua distribuição regional foi a seguinte: Sul 31,7%, Nordeste 23,8, Sudeste 18,2%, Norte 15,5, Centro-Oeste 10,9%. Para Faria (2005) quando escreve que o Sebrae busca

<sup>5</sup> Tantos exemplos visitados pelo autor.

promover a consolidação de micro e pequenas empresas em um processo de desenvolvimento local.

A pouca população de Quebec e sua distribuição em um vasto território explicam a baixa atenção ao conceito de SPL. O pesquisador Georges Benko, que prestou muita atenção ao SPL ou aos distritos industriais, não viu nada além do distrito de peles de Montreal<sup>6</sup>. Quanto ao Brasil, parece que com a década de 2010 o interesse pelo APL deixou espaço para outra coisa. Este é frequentemente o caso quando as pessoas decidem dar poder a outro partido político que é rápido em questionar as realizações do governo anterior. Em tal movimento, o desenvolvimento territorial encontra seu lugar? Se sim, qual e como? Mais uma vez, quais semelhanças podem ser feitas entre o Brasil e o Quebec?

#### **4. Com o neoliberalismo: qual o lugar para o desenvolvimento territorial?**

O neoliberalismo, obviamente, continuará a dominar o espaço político no Brasil e no Quebec após as eleições de 2018. Antes de considerar o que poderia se tornar desenvolvimento territorial (doravante denominada DT) em tal contexto, é importante responder a uma outra pergunta: por que se está falando agora de DT, em vez de DL? Por que, em 2003, especialistas em questões regionais de quatro campi da Universidade de Quebec (UQAR-UQAC-UQAT-UQO) decidiram criar um centro de pesquisa em DT (CRDT) em vez de um centro de pesquisa em DL? É devido à influência dos primeiros escritos sobre esta questão pelos colegas de Grenoble: B. Pecqueur, C. Courlet e V. Peyrache-Gadeau que não deixarão de referir-se os muitos autores interessados no DT? Do lado brasileiro, sempre sensível ao trabalho de nossos colegas franceses, os escritos serão numerosos no final dos anos 2000, incluindo os de Cunha (2007) e Favareto (2010) entre os mais citados.

Ainda mais um efeito de moda? Pelo contrário, deve ser visto como uma tendência ligada a um pragmatismo inspirado na observação de fatos vivenciados em áreas não metropolitanas, e também em certos bairros onde o envolvimento do cidadão tem uma influência inegável. Uma região pode ser em grande parte desértica (Nunavik)<sup>7</sup> e deixar espaço para atividades associadas ao setor primário, como florestas ou minas. No entanto, um território, acima de tudo, corresponde sobretudo a um lugar habitado e organizado. Este último pode, no entanto, ser deixado à própria sorte, marcado por uma alta taxa de desemprego, com todos os problemas sociais que se seguem: violência, drogas, suicídios. Se a evocação para o DL implica um ambiente organizado ou se procura tornar-se assim, então pelo DT as pessoas inspiram-se na abordagem do DL e em suas iniciativas de sucesso. Então, por que substituir o epíteto DT a DL? De fato, como Lacour e Nadou (2018) escreveram, o DL é a "primeira pedra" do DT. Eles vêem isso como uma outra maneira de fazer a "mecânica territorial", reconhecendo apropriadamente que o planejamento estratégico que caracterizou o DL durante os anos 1990 é de fato uma abordagem do passado. Hoje, contentam-se em ser "estratégicos". A estas considerações é adicionado o fato de que um território se identifica mais facilmente que um "local". O que é "local"? Um, dois ou três vilarejos? O centro-sul de Montreal é um "local"? E quanto a Hochelaga-Maisonneuve sempre em Montreal? Pode o Maisonneuve formar um "local" em si mesmo? As MR prestam-se melhor ao conceito de território do que ao l«local»? O que pensar da favela da Rocinha no Rio de Janeiro, onde, apesar do alto grau de violência, existe uma dinâmica local que pode levar a um amanhã

<sup>6</sup> Em uma entrevista com o autor

<sup>7</sup> No norte do Quebec



melhor? Para Piraí, a cidade de 20.000 habitantes ao norte do Rio de Janeiro, fortemente afetada em 2000 pelo fechamento de seus dois maiores empregadores e que, graças a uma organização local eficiente, em menos de quatro anos diversificou sua economia por meio da contribuição de micro e pequenas empresas inovadoras, excedendo assim o número de postos de trabalho perdidos. Vemos aqui mais de um território do que um "local".

#### 4.1. Os fundamentos teóricos do TD

Uma questão teórica pode explicar a escolha de uma terminologia. De fato, só podemos estar de acordo com Benko, Pecqueur, Greffe e Lacour para quem o DL tem um problema por falta de apoio teórico rigoroso (Joyal, 2002). E quanto ao DT? Seus fundamentos teóricos são mais fortes? Pode-se pensar assim, pelo menos é o que um colega brasileiro Matteo (2010) acredita. Por sua vez, depois de levar em conta as teorias dominantes dos anos 1950 com as contribuições de Perroux, Myrdal e Hirschman, deve-se lembrar da crise do fordismo, referindo-se à abundante literatura sobre o assunto de autores europeus. Aqui, referências a Lipietz e Leborgne, Piore e Sabel sobre a especialização flexível, Beccatini e a Terceira Itália, são oferecidas a nós *ad nauseam*. Uma vez que não se deve negligenciar as cidades, ao esticar o elástico, podem-se fazer territórios a partir de certos de bairros como tentou-se fazer com o Bairro da inovação em Montreal. O autor, portanto, presta atenção em um fenômeno observado desde a década de 1970: as *Global city Regions*. Para fazer isso, Scott também está no painel de honra. Naturalmente, essas regiões da cidade abrangem muito mais do que bairros específicos aos quais uma vocação é conferida por programas de vários níveis de governo. No entanto, é difícil ver a sua ligação com o DT como concebido pelos seus porta-bandeiras. Como resultado, se continuará a falar sobre DT, em vez de DL, sob o pretexto de que um território é mais fácil de visualizar que um "local". E, se entende por que Courlet e Pecqueur (2013) argumentam no sentido de: "destacar as regularidades e as características recorrentes que permitem pensar no surgimento de uma verdadeira teoria sobre os territórios". Do ponto de vista deles, o questionamento deve levar a novas questões, ou mesmo a um novo paradigma. O aviso é lançado porque tudo ainda precisa ser feito.

#### 4.2. Quais esperanças para os territórios?

Esta é a questão levantada pela edição especial de *Organisations et Territoires* (Chiasson, 2015) cujo editorial anuncia posições tomadas após a implementação de um plano de austeridade do governo do Quebec, envolvendo o desaparecimento das Conferências Regionais dos Eleitos (CRE) e um grande número de Centros Locais de Desenvolvimento Local (CLD). Na presença de tais decisões, alguns a veem como uma forma de "desmantelamento" de instituições que, através de um longo e lento aprendizado, ao longo de duas décadas, ajudaram a revitalizar as regiões centrais e periféricas do Quebec. Então, como está o futuro do DT, no Brasil e no Quebec? Como os territórios podem se desenvolver em um contexto no qual o Estado deseja desempenhar um papel mínimo? A observação dos fatos oferece possibilidades de respostas.

Nas últimas décadas, nas zonas industriais destinadas a receber as empresas em um determinado lugar, também foram adicionadas organizações privadas ou sem fins lucrativos que por suas intervenções diretas com as empresas contribuem para estimular a inovação, ao nível setorial e regional. Assim, elas participam no desenvolvimento de iniciativas de parceria, transferência de conhecimento, criação

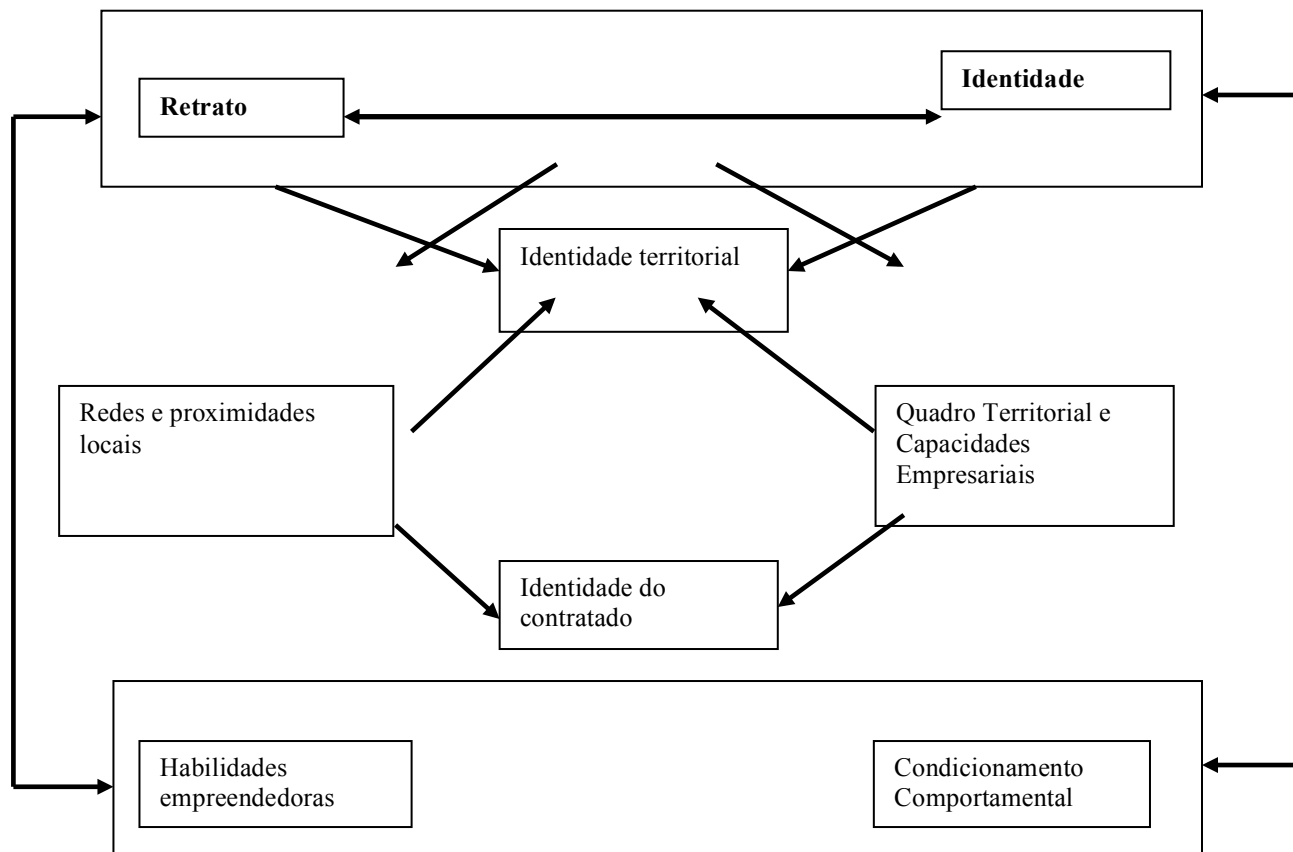


de redes, partilha de recursos e serviços, obtenção de apoio financeiro, etc. Pelo Quebec, pensamos, entre outras coisas, em centros universitários para transferência de tecnologia, promoção da pesquisa universitária, incubadoras de tecnologia ou parques tecnológicos. Essas organizações exercem influência sobre fatores externos ao empreendimento, que podem ocorrer no nível de um território, por exemplo, em termos de inovação tecnológica. Isso tudo se refere a fontes do mercado (fornecedores, clientes, concorrentes); fontes de pesquisa (universidades, centros de pesquisa); colaboração formal e informal com outras organizações.

É uma questão de favorecer o DT através de colaborações institucionalizadas entre firmas e centros de pesquisa e o estímulo de relações não vinculadas ao mercado, mas que possam facilitar a disseminação de informações valiosas para qualquer iniciativa capaz de provocar mudanças positivas no campo socioeconômico. A inter-relação entre diferentes agentes incentiva as PMEs a desenvolverem seu grau de competitividade por meio do acesso a tecnologias inovadoras e as oportunidades de cooperação técnica. Desta forma, as empresas se beneficiam da disseminação de oportunidades de parceria e da criação de oportunidades tecnológicas e competitivas.

Com base no exposto, Dokou (2014) vê a formação de um território empreendedor assumindo a forma de um caldeirão de inovações e criatividade cujos motores exigem pertencimento territorial, as redes e aos todos tipos de forma do capital social. Referimo-nos aqui a todas as abordagens para apoiar a criação de empresas cujo processo é visto como um ecossistema formado pelos agentes socioeconômicos de um determinado território, como mostrado na Figura 1.

**Figura 1** - Em direção a um território empreendedor.



Fonte: Dokou (2014).

Este não é diferente em um Brasil que está tão impregnado da ideologia neoliberal quanto o Quebec. O território coberto pelo APL de equipamentos médicos, hospitalares e ontológicos de Ribeirão Preto, no norte do estado de São Paulo, oferece um bom exemplo do que pode ser feito, focando em as diversas forças vivas locais. São quase cem micro e pequenas empresas, responsáveis por cerca de 25% da produção de seu setor de atividade no Estado de São Paulo. Mais uma vez, o Sebrae desempenha um papel fundamental na evolução deste APL em colaboração com o FIPASE<sup>8</sup>, responsável pelos vínculos entre os diversos elementos da cadeia produtiva. Além dessas duas organizações-chave, há uma incubadora de empresas<sup>9</sup> que opera em dois campi universitários em Ribeirão Preto. Para o benefício de líderes de projetos inovadores, existe um espaço que oferece suporte de natureza diferente, aproveitando as facilidades das redes que facilitam a inovação.

## 5. Considerações Finais

Os cantos do neoliberalismo, tanto no Quebec como no Brasil, apesar de seu desejo de limitar o intervencionismo do poder central, não impediram a manifestação da dinâmica territorial. Os últimos anos têm se afirmado por tempo suficiente para garantir uma certa continuidade. Essa continuidade, como foi demonstrado nesse texto, remonta à década de 1960 tanto para o Quebec quanto para o Brasil. De ambos os lados, o governo central (Ottawa e Quebec - Brasília) foi chamado a desempenhar um papel decisivo até a virada neoliberal dos anos 1980. De fato, os fracassos das intervenções centralizadas justificaram as críticas das políticas intervencionistas de caráter regional, dando origem à abordagem ascendente do desenvolvimento. No Quebec, o conceito de "consulta e parceria" ganhou destaque, assim como o Brasil, com a adoção de uma versão original dos sistemas locais de produção no início do século XXI. No Norte e no Sul, o desenvolvimento territorial aberto a toda inovação, apesar das armadilhas, deveriam seguir seu caminho.

Pelo Quebec, criticando as políticas de austeridade adotadas pelo governo do Quebec nos dias atuais, Chiasson (2015) evoca a "municipalização do desenvolvimento" vindo por parte do governo uma falta de interesse ao nível regional como um agente de desenvolvimento. A intenção é "localizar" o desenvolvimento nas mãos dos políticos locais. Essa tendência tem sido observada há vários anos no Brasil, onde as pequenas cidades de cerca de 5280 habitantes têm responsabilidades importantes em um território que inclui as áreas rurais. Mas, aqui também há uma advertência como foi o caso nos anos 1990 com o governo do Quebec, pois as cidades reclamavam de receber novos poderes sem o apoio financeiro que deveria acompanhá-los. Para tanto, os brasileiros cunharam a expressão "varrer a sujeira para o tapete do vizinho" entender-se-á que se refere ao que chamamos no Quebec de *shovelling responsabilidades*. Sim, como mencionado, o prefeito de um município e o empreendedor são os dois principais atores do DL / DT; na medida em que eles não são deixados sozinhos. Ao fazer parcerias, com vários parceiros locais ou fora do território, eles podem avançar. Isso ocorreu na França e gerou um novo conceito: os *Terceiros Lugares*. Estes são espaços híbridos que se encaixam entre espaços públicos e privados, no qual diferentes atores se encontram para criar novos locais de trabalho e inovação de acordo com os requisitos da economia do conhecimento e

<sup>8</sup> Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto

<sup>9</sup> Visitou em 2015; uma das minhas ex-alunas está trabalhando como um oficial de inovação.

digital (Besson, 2018). O Bairro da inovação em Montreal, novamente, pode servir como exemplo em áreas urbanas.

Como resultado, apesar da tendência neoliberal, espera-se que os territórios se desenvolvam na imagem da Gaspesia cujo saldo migratório foi finalmente positivo em 2017, fazendo-nos esquecer a imagem oferecida nos anos 1960. Sim, as vezes uma andorinha é suficiente para anunciar a primavera.

## REFERÊNCIAS

BAEQ. **L'espace régional et les objectifs du plan et l'exécution du plan**, Cahier 9, Québec, 1966.

BENJÓ, I. Fundamentos de Economia da Regulação, Rio de Janeiro, Thex Editora.

BESSON, R., (2018), Les Tiers lieux : Des outils de régénération économique des territoires ruraux? In : **Renouveler la géographie économique**, Pecqueur, B., et Talandier M., (dir.) Paris, Économica, 1999.

BORGES, C. M. **Desenvolvimento local e avaliação das políticas públicas: análise par viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto**. 2007. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP – Área de concentração: Desenvolvimento local e Pequenas e Médias Empresas. Ribeirão Preto, 2007.

CHIASSON, G. Quelle politique régionale en contexte d'austérité? **Organisations & Territoires**, vol 24, no 3, 2015.

COURLET, C. PECQUEUR, B. **L'économie territoriale**, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble, 2013.

CUNHA, L. A. Território, desenvolvimento territorial e o novo mundo rural. **Emancipação**, 7 (1), 2007.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**, Rio de Janeiro, Relume Dumara, 1995.

FARIA, A. C. **Arranjo Produtivo**: Unidas num consórcio, pequenas empresas encontram o caminho das pedras para exportação, policopié, Fortaleza, UFC.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural. **Estudos Avançados**, 24 (68), 2010.

FONSECA NETTO, H. Les axes de développement intégré : vers un nouveau découpage des régions-programmes pour l'espace brésilien, **Organisations et Territoires**, vol 10, no 2, 2001.

FRANCO, A. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável, Separata do Numero 3 da **Revista Século XXI**, 2000.

GALVÃO, F; VASCONCELOS, R. **Politica regional à escala sub-regional**. Ministério da Fazenda, Ipea, texto para discussão, no 65, 1999.

HIRSCHMAN, A. O. **The Strategy of Economic Development**, New Haven, Yale UP, 1958.

JOYAL, A. **Le développement agricole avec référence à la situation de l'Est-Québécois**, Mémoire présenté en vue de l'obtention du grade de maître en sciences économiques, Louvain, Institut des Sciences économiques, UCL, 1968.

JOYAL, A. Réflexions sur la question du développement local, **Revue d'économie régionale et urbaine**, no 5, 1987.

JOYAL, A. **Le développement local** : comment stimuler l'économie des régions en difficulté, Québec, PUL, 2002.

JOYAL, A. Les systèmes de production locaux au Brésil : analyse critique, **Géographie, économie et société**, vol 10, no 1, 2008.

JOYAL, A. Le développement local au Québec : trois décennies de contributions, **Revue d'économie urbaine et régionale**, no 4, 2012.

JOYAL, A., NADOU, F. L'intermédiation territoriale au service de l'entrepreneuriat ; illustration par les «arrangements» de production locaux, au Brésil, dans Pecqueur B., et Nadou (dir.) **Dynamiques territoriales et mutations économiques** : transition, intermédiation, innovation, Paris, L'Harmattan, 2018.

KOKOU DOKOU, G. Identité territoriale, proximités locales, et capacités entrepreneuriales dans Kokou Dokou G. (dir.), **Acteurs territoriaux, identités et capacités entrepreneuriales**, Paris L'Harmattan. 2014.

LACOUR, C; NADOU, F., (2018), Le triomphe du territoire, mais quelle victoire? Dans Pecqueur B., et Nadou (dir.) op.cit.

LEIBENSTEIN, H. **Economic Backwardness and Economic Growth, Studies in the Theory of Economic Development**, New York, J. Wiley and Sons and Chapman and Hall, 1957.

LEWIS, A. W. Economic Development with Unlimited supplies of Labor. **The Manchester School of economic and Social Studies**, 22, may, 1954.

MARTINELLI, D; JOYAL A. **O desenvolvimento local**: o papel das pequenas e medias empresas, São Paulo, Manole, 2004.

MATEO, M. Teorias de desenvolvimento territorial. In: **Economia regional e urbana**, Governo federal, IPEA, 2010.

MIRANDA, F.; MAGALHÃES, P. Discutindo DLIS. In: Silveira C. M., Reis L., **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias, Rio de Janeiro, RITS, 2001.

NURSKÉ, R. **Problems of Capital formation in Underdeveloped Countries**, Oxford, Blackwell, 1953.

PERROUX, F. Economic Space; Theory and application, **Quarterly Journal of Economics**, 64, 1950.

PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance, **Économie Appliquée**, 8, 1955.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of Industrialisation of Eastern and South Eastern Europe, **The Economic Journal**, 53, June-September, 1943.

VALIM RIBEIRO, A; MARTINELLI, D; JOYAL, A. O setor de confecções em Bandeira do Sul-MG e o desenvolvimento local / sustentável: um estudo de caso, **Desenvolvimento regional em debate**, vol 1, no 3, 2013.

ROQUE DALLABRIDA, V. **Desenvolvimento Regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2010.

SILVEIRA, C. M., REIS, L. **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias, Rio de Janeiro, RITS, 2001.

STÖHR, W; TAYLOR, D. **Development from Above or Below**, Wiley, Chichester, 1981.

TREMBLAY, D. G; FONTAN, M. **Le développement local** : La théorie, les pratiques, les expériences, Québec, Télé-université, Université du Québec, 1994.

VACHON, B. **Le développement local: théorie et pratique**, Boucherville, Gaëtan Morin, éd, 1993.

ZAPATA, T; PARENTE, S. Parceria et articulação institucional para o desenvolvimento local integrado et sustentável, **Serie Cadernos Técnicos**, no 4, 1998.

**Sobre(s) o(s) Autor(es):**

**André Joyal**

Professor da Université du Québec à Trois Rivieres (UQATR)/Canadá. Pesquisador do CRDT. Email: andre.joyal@uqtr.ca